



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA-UFDPa**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**LORENA ANDRADE DOS SANTOS**

**ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DOS PROJETOS DE LEITURA PARA  
RESSOCIALIZAÇÃO DOS EDUCANDOS DO SISTEMA PRISIONAL DA  
PENITENCIÁRIA MISTA JUIZ FONTES IBIAPINA EM PARNAÍBA-PI**

**PARNAÍBA-PI**

**2025**

LORENA ANDRADE DOS SANTOS

**ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DOS PROJETOS DE LEITURA PARA  
RESSOCIALIZAÇÃO DOS EDUCANDOS DO SISTEMA PRISIONAL DA  
PENITENCIÁRIA MISTA JUIZ FONTES IBIAPINA EM PARNAÍBA-PI**

**Orientadora:** Cloris Violeta Alves Lopes

PARNAÍBA-PI

2025

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Delta do Parnaíba

S237a Santos, Lorena Andrade dos

Análise das contribuições dos projetos de leitura para ressocialização dos educandos do sistema prisional da penitenciária mista juiz Fontes Ibiapina em Parnaíba-PI [recurso eletrônico] / Lorena Andrade dos Santos. – 2025.

35 p.

TCC (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Cloris Violeta Alves Lopes.

1. Educação no sistema prisional. 2. Projetos de leitura. 3. Remição de pena. I. Lopes, Cloris Violeta Alves. II. Título.

CDD: 365.981 22

Elaborada por Adriana Luiza de Sousa Varão CRB-3/1493

## DEDICATÓRIA

A minha mãe, que na chuva das minhas emoções sempre foi âncora e porto seguro para abrigo. Ao meu afilhado, que confia tanto em mim. Ao meu querido Theo Lorenzo, que com seus passos no corredor, enquanto eu escrevia este trabalho, foi o som que confortou meu coração e lembrou-me que tenho alguéms junto a mim nesta vida.

LORENA ANDRADE DOS SANTOS

ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DOS PROJETOS DE LEITURA PARA  
RESSOCIALIZAÇÃO DOS EDUCANDOS DO SISTEMA PRISIONAL DA  
PENITENCIÁRIA MISTA JUIZ FONTES IBIAPINA EM PARNAÍBA-PI

Trabalho aprovado em 26 /06 / 2025

BANCA EXAMINADORA

---

Profa.Dra. Cloris Violeta Alves Lopes  
Universidade Federal do Delta Do Parnaíba (UFDPAr)  
Orientadora e presidente da banca

---

Professor Dr Erasmo Carlos Amorim Morais  
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)  
Examinador I

---

Professora Dra Edmara de Castro Pinto  
Universidade Federal do Delta Do Parnaíba (UFDPAr)  
Examinador II

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a espiritualidade amiga que sempre esteve ao meu lado. E a mim, sobrevivente de mim.

Aos meus pais, Maria Adriana de Andrade e José do Socorro Costa dos Santos, que trabalharam incansavelmente para dar educação a mim e a meus irmãos, vencemos!

A meus irmãos, Joyce Milena Andrade dos Santos (primeira professora da família) e José Adriano Andrade dos Santos que de tão perto acompanharam meu processo na graduação. E aos meus tios e amigos por todo apoio e palavras de amor.

À minha orientadora, Profa Dra Cloris Violeta Alves Lopes, por acreditar em meus sonhos e por todo apoio durante a pesquisa.

Por fim, ao Ribeiro, que não estava no mapa ou rota, mas que trouxe aconchego e amor nos últimos meses, assim transformando-se em um braço do meu mar.

## RESUMO

O presente trabalho explora a contribuição dos projetos de leitura para a ressocialização dos internos do sistema prisional. A instituição na qual a pesquisa foi realizada é a Penitenciária Mista Juiz Fontes Ibiapina, localizada em Parnaíba-PI, onde são realizados projetos de leitura que contribuem para remição de pena através da leitura. O desenvolvimento dessa pesquisa se constitui por meio de abordagens teóricas bibliográficas e a experiência de campo vivenciada na Penitenciária Mista de Parnaíba, por meio do projeto de extensão “Do ser, ao torna-se leitor, entre o mundo e a palavra que liberta”, vinculada ao curso de licenciatura em pedagogia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba em parceria com a Secretária de Estado da Justiça (SEJUS-PI). A pesquisa busca compreender as contribuições dos projetos de leitura para o processo educacional escolar e ressocialização dos apenados, a partir de pesquisa de campo e periódicos científicos. Os descrevendo e relacionando ao processo de ressocialização para refletir sobre esta prática dentro do sistema educacional na prisão, perpassando pela remição de pena atribuída ao ato de ler e as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação para que esse ato de ler seja concretizado por cada interno. Dessa forma, analisando os projetos de leitura, que são eles: Leitura livre; do ser, ao torna-se leitor, entre o mundo e a palavra que liberta; presos pela leitura e suas ações dentro do sistema prisional, tendo como principal reflexão suas contribuições e desafios enfrentados pelos profissionais da educação para realizá-los. Refletindo também sobre a contribuição dos projetos de leitura para o processo de ressocialização, para retomada da autoestima dos alunos internos, e para uma contínua formação da visão e prática social emancipadora, justa e ativa.

**Palavras-chave:** educação no sistema prisional; projetos de leitura; remição de pena.

## **ABSTRACT**

This paper explores the contribution of reading projects to the resocialization of inmates in the prison system. The institution where the research was conducted is the Mixed Penitentiary Juiz Fontes Ibiapina, located in Parnaíba, Piauí, where reading projects are implemented that contribute to sentence reduction through reading. The development of this research is based on theoretical bibliographic approaches and field experience carried out at the Mixed Penitentiary de Parnaíba, through the extension project "From being to becoming a reader: between the world and the word that sets free", affiliated with the undergraduate pedagogy program at the Federal University of Delta do Parnaíba, in partnership with the State Department of Justice (SEJUS-PI). The research aims to understand the contributions of reading projects to the educational and resocialization processes of inmates, using fieldwork and scientific journals. It describes and relates these contributions to the resocialization process, aiming to reflect on this practice within the prison education system. The study also addresses sentence reduction through reading and the challenges faced by education professionals in ensuring that each inmate engages with reading. In this way, the paper analyzes the reading projects, which include: Free Reading; From Being to Becoming a Reader: Between the World and the Word that Sets Free; and Imprisoned by Reading, and their implementation within the prison system. The main focus is on their contributions and the challenges faced by educators in carrying them out. It also reflects on how reading projects contribute to the resocialization process, the recovery of inmates' self-esteem, and the ongoing development of a socially just, active, and emancipatory perspective and practice.

**Keywords:** prison education; reading projects; sentence reduction.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2. METODOLOGIA.....</b>	<b>11</b>
<b>3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>13</b>
3.1 <i>Educação no sistema prisional: lutas e direitos.....</i>	13
3.2 <i>Remição de pena pelo ato de ler no sistema prisional do Piauí.....</i>	15
<b>4. PROJETOS DE LEITURA E A REMIÇÃO DE PENA NA PENITENCIÁRIA MISTA JUIZ FONTES IBIAPINA EM PARNAÍBA-PI.....</b>	<b>17</b>
<b>5. ESPAÇO PEDAGÓGICO DA INSTITUIÇÃO PENAL.....</b>	<b>20</b>
5.1 <i>sala de aula e os desafios do educador.....</i>	20
5.2 <i>A biblioteca.....</i>	21
<b>6. INTERNOS LEITORES.....</b>	<b>23</b>
6.1 <i>As entrevistas: leitor A.....</i>	24
6.2 <i>As entrevistas: leitor B.....</i>	26
6.3 <i>As entrevistas: leitor C.....</i>	27
6.4 <i>As entrevistas: leitor D.....</i>	28
6.5 <i>As entrevistas: leitor E.....</i>	28
6.6 <i>As entrevistas: leitor F.....</i>	29
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>30</b>
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>32</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação de Jovens e Adultos (EJA) foi instituída com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96. Diante dessa aprovação, os jovens e adultos passaram a ter seu direito de acesso à educação, que não pode ser concluída por diversos fatores sociais no período regular de ensino. A educação no sistema prisional, que também consiste como EJA, tem um papel de reparação e asseguramento de direitos educacionais aos internos das instituições prisionais, internos que, em sua grande maioria, não concluíram o processo de alfabetização por fatores sociais diversos, podendo ser destacado a pobreza; falta de acessibilidade; criminalidade; bullying; discriminação, racismo, entre outros. Como afirmou Onofre:

Os presos fazem parte da população dos empobrecidos, produzidos por modelos econômicos excludentes e privados de seus direitos fundamentais de vida. Ideologicamente, como os 'pobres', são jogados em um conflito entre as necessidades básicas vitais e os centros de poder e decisão que as negam. São, com certeza, produtos da segregação e do desajuste social, da miséria e das drogas, do egoísmo e da perda de valores humanitários. Pela condição de presos, seus lugares na pirâmide social são reduzidos à categoria de 'marginais', 'bandidos', duplamente excluídos, massacrados, odiados. (Onofre, 2007, p.12)

A educação no sistema prisional é direcionada aos internos e internas que não concluíram a educação básica. Segundo Oliveira (2022, p.115): “Esta educação no sistema prisional foi iniciada em 1950, antes disso a penitenciária era unicamente utilizada para a detenção e punição de pessoas que cometiam infrações sociais”, deste modo, com a insuficiência e desumanização das práticas nas penitenciárias, se buscou um novo rumo para as ações com os internos, resultando em práticas educacionais que formassem e informassem os internos visando um novo processo de ressocialização, como o acesso à educação e outras assistências sociais. Com essa perspectiva, o direito já instituído por lei passou a ser colocado em prática.

Em suma, a maioria dos apenados não tiveram boas oportunidades, resultado de inúmeros fatores sociais, principalmente o direito de estudar. Diante dessa realidade, Foucault (1987, p. 224) diz que: “A educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento, ela é a grande força de pensar.”, dessa forma, a educação é e deve ser tratada como um direito social que é assegurado na Constituição Federal de 1988, portanto, mesmo que no sistema prisional, os cidadãos devem ter acesso à esta educação escolar e de qualidade para

que haja essa ressignificação do aluno detento quanto ao ato de estudar, ler, visualizar e interpretar a sociedade na qual ele está integrado.

Corroborando com isso, a Lei de Execução Penal nº 7.210/1984 prevê a educação escolar no sistema prisional. Em seu artigo 17, estabelece que a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso; o artigo 18 determina que o ensino fundamental é obrigatório e integrado ao sistema escolar da unidade federativa; e o artigo 21 exige a implementação de uma biblioteca por unidade prisional, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos. Dessa maneira, o interno tem o direito a educação formal, técnica e o direito de acesso a livros de diferentes escritas e autores assegurados em lei. Ressaltando que no artigo 21 o uso da biblioteca e dos livros acondicionados nela são para o uso de todas as categorias de reclusos, deste modo: regime fechado, semiaberto e aberto. Com isso, o interno do regime fechado está inconcusso a receber esses livros de alguma maneira, e isso é lei. Dentre as leis educacionais, a lei 12.433/2011 que dá direito à remição de pena pela leitura é de suma importância para o incentivo inicial para formar leitores internos.

As atividades escolares e de leitura passam então a serem vistas como agentes da ressignificação dentro das Instituições prisionais brasileiras, visando a humanização, instrução social e escolar para o interno que futuramente retornará a ocupar espaços sociais fora da instituição prisional. Os projetos de leitura, dessa forma, passam a ter grande peso para execução da lei já instituída e com isso abrangem o acesso sistematizado e coerente para os leitores internos. Nesta concepção de emancipação tendo a leitura e os livros como agentes formativos, a leitura passa a ser valorizada diante também das experiências vivenciadas por cada aluno apenado e seu processo de significação e ressignificação social através do ato de ler, espelhando assim a afirmativa de Freire:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (Freire, 1989, p.13).

O sistema prisional ainda caminha lentamente ao lado da educação, apesar das leis, mesmo que poucas educacionais, que constituem e se aplicam a esta parcela da sociedade que está em privação de liberdade, mas que em momento algum deixa de ser parte civil, portanto tem direitos e deveres sociais. O processo de escolarização

regular e técnica, a biblioteca, os projetos de leitura são grandes pontes para o processo de ressocialização dos apenados, mas existe uma linha tênue que está sujeita a diversos julgamentos e empecilhos que dificultam que esse processo se concretize, porém, o único que deve ser aplicado a uma sociedade democrática é julgamento judicial.

A democracia relaciona-se com todas as outras formas de Estado como com seu velho testamento. O homem não existe em razão da lei, mas a lei existe em razão do homem, é a existência humana, enquanto nas outras formas de Estado o homem é existência legal. Tal é a diferença fundamental da democracia (Marx, 2013, p. 56).

Diante disso, a sociedade é regulamentada por leis de uma Constituição federal que cita deveres e direitos de todos os cidadãos. Dessa forma, privado de liberdade ou não, todos devem ter seus direitos respeitados.

## **2.METODOLOGIA**

O desenvolvimento dessa pesquisa se constitui por meio de abordagens teóricas bibliográficas e a experiência de campo vivenciada na Penitenciária Mista Juiz Fontes Ibiapina, localizada na cidade de Parnaíba-PI, por meio do projeto de extensão “Do ser, ao torna-se leitor, entre o mundo e a palavra que liberta” vinculada ao curso de licenciatura em pedagogia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) em parceria com a SEJUS-PI. No entanto, a pesquisa buscou compreender de que forma os projetos de leitura, realizados na penitenciária, contribuem para ressocialização e remição de pena por meio da leitura de livros pelos apenados.

Por meio das observações feitas durante a realização do projeto de extensão “Do ser, ao torna-se leitor, entre o mundo e a palavra que liberta”, realizado na penitenciária, junto ao projeto “leitura livre”, que também objetiva promover o acesso ao desenvolvimento de habilidades de leitura para pessoas privadas de liberdade no sistema prisional da cidade de Parnaíba-PI, percebeu-se a grandiosa contribuição para o processo de ressocialização por meio do acesso à leitura, cultura e educação humanizadora. Porém, não desvinculando essas atividades do processo de remição de pena prevista na Lei no 12.433/2011, ao consagrar o direito à remição da pena pelo estudo, conferindo nova redação ao art. 126, parágrafo 1º, inciso I, da Lei de Execução Penal (BRASIL, 2011).

Portanto, através da experiência pessoal e leitura de trabalhos bibliográficos, este trabalho buscou refletir sobre as contribuições dos projetos de leitura para ressocialização e processo educacional dos alunos apenados, buscando descrevê-los e refletir sobre este método. A pesquisa foi constituída através de entrevistas e reflexão da autora do presente trabalho e bolsista do projeto de extensão “Do ser, ao torna-se leitor, entre o mundo e a palavra que liberta”.

Por meio das experiências vivenciadas na Penitenciária Mista Juiz Fontes Ibiapina, o objeto de estudo deste trabalho de conclusão de curso são os projetos de leitura relacionados as contribuições para ressocialização dos internos. Fundamentando o objeto de estudo por meio de experiências citadas nas entrevistas e pesquisas bibliográficas relacionadas a temática.

Justifico essa pesquisa por meio dos seguintes questionamentos: Quais as contribuições dos projetos de leitura, em ênfase, na educação no sistema prisional? E quais as possibilidades que esses projetos abrem e contribuem para o processo de ensino e ressocialização desses jovens e adultos, com a remição de pena através da realização de leituras e resumos feitos e entregues?

Diante destes questionamentos e da experiência vivenciada, a afirmativa de Freire contribui para este trabalho quando diz que:

Ler é procurar ou buscar criar a compreensão do lido; daí, entre outros pontos fundamentais, a importância do ensino correto da leitura e da escrita. É que ensinar a ler é engajar-se numa experiência criativa em torno da compreensão. Da compreensão e da comunicação. E, a experiência da compreensão será tão mais profunda quanto sejamos nela capazes de associar, jamais dicotomizar, os conceitos emergentes na experiência escolar aos que resultam do mundo da cotidianidade. (Freire, 1996, p. 26)

Essa afirmativa foi de total relevância para o processo de construção deste trabalho que busca em síntese compreender o processo social de cada interno em relação ao ato de ler e sua significância para eles.

A pesquisa então se constitui como pesquisa qualitativa, que Vieira e Zouain (2005) descrevem como: “A pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem.”. Com isso, considerando então a pesquisa qualitativa com fundamentação teórica em artigos científicos que tratam das contribuições dos projetos de leitura no sistema prisional nacional, e a experiência da autora dentro do projeto de leitura homologado no Piauí, na Cidade de Parnaíba, na Penitenciária Mista Juiz Fontes Ibiapina, como essenciais para a

construção do presente trabalho, tornando este trabalho uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso. De importância, resalto a realização de entrevistas com 6 internos leitores e 1 interno bibliotecário, com perguntas semiestruturadas (que foram anexadas neste trabalho) e colocadas em ordens aleatórias durante cada entrevista.

### **3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

#### *3.1 Educação no sistema prisional: lutas e direitos*

A educação no sistema prisional brasileiro, como dito anteriormente, tem a mesma perspectiva da EJA, ou seja, um papel de reparação e asseguramento de direitos educacionais. Além disso, a educação nesse contexto se revela importante para a formação humana e ampliação das perspectivas dos internos que se encontram em um processo de ressocialização.

Seguindo este pensamento, a educação no sistema prisional é uma realidade sociopolítico-histórico que foi iniciada no ano de 1950, anterior a esta data a penitenciária era considerada apenas um local de privação e punição, que não visava a ressocialização e aprimoramento dos apenados para que ao retornarem à convivência social estivessem com pensamentos e técnicas diferentes para contribuir com a sociedade. Com a insuficiência dessa metodologia punitiva, citada em diversos documentos no que diz respeito a educação prisional, se fez necessário que a educação escolar fosse integrada às penitenciárias.

A educação é um direito de todos (portanto, dos presos); não é um privilégio nem um serviço pago. Nós, educadores, dizemos que os momentos de aprendizagem na prisão podem, às vezes, constituir uma segunda chance para pessoas que não tiveram uma primeira oportunidade. Precisamos encontrar pistas para que os presos possam experimentar na prisão momentos de aprendizagem, de experiências bem-sucedidas, de encontros que não sejam relações de força, momentos de reconstrução da própria história, espaços para expressar emoção e realizar projetos. Chamemos a isso: educação na prisão. (De Maeyer, 2006, p. 47)

Diante desse novo pensamento e metodologia, foi integrado as penitenciárias brasileiras um novo tratamento direcionado aos internos. Por este motivo, foram editadas e adicionadas novas normas Gerais do Sistema penitenciário com a Lei nº 3274/57, presente no artigo 5º, nº XV, letra b, da atual Constituição Federal de 1988, que foi o marco para a que a educação estivesse presente de forma integral com e para a população interna das penitenciárias brasileiras.

As normas foram sancionadas pelo presidente Juscelino Kubitschek, e apresentavam termos como “educação moral”, “educação intelectual”, “educação física”, “educação artística” e “educação profissional”, como citou Vasquez (2008, p. 70). Dessa forma, a educação passou a ser integrada ao cotidiano das penitenciárias, o que deveria ter sido feito sem restrições e com organizações pedagógicas bem elaboradas, mas até a atualidade enxerga-se a deficiência do sistema carcerário em relação a isso.

A educação no sistema prisional foi e é uma realidade delicada por se tratar de um local onde a segurança é sempre e essencialmente priorizada, mas a ambiguidade do direito a segurança e a educação precisam estar alinhados para que o direito de todos seja assegurado. Como Mello (2020) bem aponta, não há homogeneidade no que se denomina sistema prisional brasileiro. O que, de certa forma, existe, são maneiras distintas de lidar com a gestão das unidades prisionais.

Nessa realidade, as leis anteriores, foram editadas a Lei No 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal (LEP), SEÇÃO V, Da Assistência Educacional, que trata do direito do reeducando (condenado e internado) nas penitenciárias Brasileiras e da sua reintegração à sociedade. Não obstante, a Lei no 13.163, de 2015 modifica a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 para instituir o ensino médio também nas penitenciárias.

Após alguns anos de leis sancionadas, o estudo passou a ser instrumento de remição de pena através da Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011, que altera o art. 126 da LEP, para incluir a normatização da remição pelo estudo, determinando que a cada 12 horas estudadas o reeducando terá direito a um (1) dia de remição na pena a ser cumprida, e com isso aumentando a busca pelo estudo pelos internos. Diante dos acontecimentos que só progrediram durante os anos, os projetos de leitura tiveram o olhar do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que visualizou a possibilidade e após isso aprovou a remição de pena através da leitura por meio da recomendação nº 44, de 26 de novembro de 2015, ao orientar aos Tribunais que atividades complementares de natureza esportiva, cultural, profissionalizante, de saúde e educacional, dentre outras, sejam consideradas para fins de remição de pena em interpretação analógica à Lei 12.433, de 29 de junho de 2011.

A remição da pena pela leitura tem base em conceder ao apenado a redução de quatro dias de sua pena, caso ele pratique a leitura de obra clássica, literária ou filosófica no período de trinta dias. A leitura deve ser monitorada por profissionais da

educação, que em sua maioria é o pedagogo, e ao final do período de leitura, o apenado deverá apresentar uma resenha e um relato oral ou escrito do livro. O interno deve alcançar a média 7,0 (para aprovação) e com isso o resultado será a remição final de até doze obras efetivamente lidas e avaliadas, a possibilidade de remição de quarenta e oito dias, no prazo de doze meses.

Como abordado anteriormente, a educação de jovens e adultos (EJA) está diretamente ligada a educação no sistema prisional por reiterar a possibilidade e direito a educação mesmo após o período regular, e no contexto de privação de liberdade ou não, a EJA tem um papel de reparação e asseguramento de direitos educacionais. Na qual se faz necessária métodos pedagógicos e avaliações condizentes a realidade dos educandos e a diversidade cultural, emocional, religiosa e social. Dessa forma, corroborando e baseando-se na afirmativa de Ireland (2011, p. 20) que diz que: “Ao se pensar o processo educativo no espaço da prisão, há de se ter clareza sobre os limites impostos pelo contexto singular, mas também não reduzir o processo educativo à escolarização. Como em qualquer processo educativo, há que se buscar entender os interesses e as necessidades de aprendizagem da população carcerária e quais os limites que a situação impõe sobre esse processo”.

Essas práticas reelaboradas e implementadas de acordo com a realidade prisional é um desafio enfrentado pelos profissionais da educação, pois como já citado, a segurança dentro do sistema prisional é priorizada, portanto, todo material utilizado é devidamente planejado para cada atividade educacional desenvolvida. Dentre os desafios, as questões salariais também são um grande somatório para um bom desenvolvimento do trabalho (não somente dos professores, mas de qualquer profissional) do educador atuante no cárcere. Corroborando com isso Onofre afirmou que:

Reconhecer o papel relevante dos professores no processo educativo tem sido um discurso desgastado, tendo em vista os investimentos efetivamente destinados à sua formação, atuação e profissionalização. Não há formação de excelência que sobreviva ao desprestígio e desvalorização do trabalho docente –trata-se de ressignificar o que é valorização no novo contexto, e no caso das prisões, a aprovação das Diretrizes Nacionais, embora tenha significado um marco na história da educação prisional, sua implementação será efetivada através de políticas públicas que atendam às demandas anteriormente assinaladas (formação, ambientação, valorização salarial e profissional, condições objetivas e subjetivas de trabalho).(Onofre, 2012, p. 214)

A prática profissional dentro do cárcere ainda é um grande desafio tanto em questões financeiras quanto de segurança, mas não se torna empecilho para que os

profissionais realizem seus trabalhos e levem para dentro do sistema prisional a educação escolar. Porém, é um problema social que deve ser regularizado.

### *3.2 Remição de pena pelo ato de ler no sistema prisional do Piauí*

A Lei 12.433, de 29 de junho de 2011, a partir da lei nº 7.210/84 que foi alterada, regulamentou a remição de pena para atividades escolares e não apenas o trabalho. A partir dessa regulamentação, a nova resolução considera para o cálculo de remição três tipos de atividade educacionais durante o período em que o interno estiver em cárcere, são elas: a educação regular, práticas educativas não-escolares e a leitura. Dessa forma, a busca pela educação e por práticas educacionais se torna mais atrativa para os internos, pois visam formas de conseguir mais rápido sua liberdade, mas, que em todo caso colabora também para a formação humana e social de cada um como consequência da busca pela liberdade através da educação.

Em ênfase a atividade de leitura nas unidades prisionais, para cada obra lida (após o reconhecimento da Justiça) irá reduzir em quatro dias a pena do interno que praticar esta atividade. A resolução já citada estabelece o limite de 12 livros lidos por ano, portanto, pode ter 48 dias remidos como teto anual por este formato de remição, o que contribui gradualmente para o processo de ressocialização e conhecimento intelectual do apenado. A comprovação acontece por meio de um relatório de leitura avaliado por um educador das instituições prisionais, e o interno pode utilizar a remição pela leitura uma vez a cada 30 dias. O prazo de leitura de cada obra deve ser de 21 a 30 dias.

A remição de pena pela leitura apresenta como justificativa a oferta de educação e cidadania para os apenados, promovendo também o direito ao conhecimento, desenvolvimento das capacidades cognitivas, resgate da autonomia e reintegração social (Carneduto, 2016, p. 3)

A remição pelo ato de ler é um grande incentivador da leitura dentro do sistema penitenciário, os clubes de livro e projetos dão mais força ao movimento educacional dentro deste contexto, o que contribui grandiosamente para que o direito a educação e o desenvolvimento cognitivo das pessoas privadas de liberdade sejam incentivados na busca de uma sociedade mais igualitária, justa e que busque a formação integral de cada cidadão de direitos e deveres, mesmo que em privação de liberdade. Nesse sentido, Rezende fala que:

Na leitura, o ser humano procura apreender a pluralidade, na parte que é também um todo, através do texto, que é também contexto. Dessa maneira, ele faz-se no mundo. Um mundo de mudanças, onde o homem se reinterpreta, continuamente. Ao mudar-se, muda o mundo. Ao ler o mundo, o homem muda-se (Rezende, 2007, p. 33).

O Estado do Piauí carrega atualmente o primeiro lugar no prêmio “A saída pela leitura”, prêmio esse que diz respeito ao aumento das atividades de leitura dentro do cárcere. O prêmio é alinhado à resolução CNJ nº 391/2021, que regulamenta as rotinas de acesso à leitura em ambientes prisionais para remição de pena por meio da leitura. A base dos indicadores é a ferramenta de coleta de dados do sistema penitenciário brasileiro (Sisdepen) referentes ao segundo semestre de 2023 e primeiro semestre de 2024. Nessa realidade, o compromisso das coordenações, professores e apenados em relação as ações que contribuem para ressocialização através da leitura é inegável.

Em acesso a entrevista, através do site Secretaria de Segurança Pública (SEJUS), da diretora de Humanização e Reintegração Social da SEJUS, Geusélia Cavalcante, o Piauí se destacou com um crescimento significativo na execução do Projeto Leitura Livre. No segundo semestre de 2023, foram 1.940 internos participantes e no primeiro semestre de 2024, participaram 6.366 internos de atividades de leitura, totalizando 8.306. Diante disso, para além de números, podemos considerar um grande resultado e avanço educacional, com ênfase na leitura, no sistema prisional piauiense. Instigar o interesse pela leitura é de extrema importância pois sem os leitores um livro não pode ser lido, mas é essencial que haja livros para que o leitor possa se formar e se informar. Com esse pensamento, é de suma importância que o direito de acesso a livros seja cada vez mais cumprido instigado dentro dos sistemas prisionais.

Os livros utilizados para leitura dentro do cárcere é domínio público, portanto deve ser de livre acesso aos internos, a restrição de acesso a esses é e deve ser considerada uma infração por parte das instituições. Além dos livros disponibilizados pelo governo do Estado, há também as campanhas de doações que são acionadas por alguns atuantes da causa. Dialogando assim com o que disse apontam Julião e Paiva:

Na história da política de execução penal brasileira, é frequente a realização de campanhas estaduais e nacionais com o objetivo de arrecadar livros para serem utilizados em projetos de leitura no sistema penitenciário. Do acervo existente, a maior parte é fruto de doações. Pouco efetivamente corresponde à aquisição por meio de compras específicas de obras para bibliotecas e salas de leitura existentes no sistema penitenciário. (Julião e Paiva, 2014, p. 117)

#### **4.PROJETOS DE LEITURA E A REMIÇÃO DE PENA NA PENITENCIÁRIA MISTA JUIZ FONTES IBIAPINA EM PARNAÍBA-PI**

Atualmente, é vigente em todas as penitenciárias do Piauí, incluindo a Penitenciaria Juiz Fontes Ibiapina que é localizada em Parnaíba-PI, o projeto “Leitura livre”. Outro projeto é “presos pela leitura” e projeto “Do ser, ao torna-se leitor, entre o mundo e a palavra que liberta” que é um projeto vinculado a Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Projetos estes que visam contribuir para formação cognitiva e cidadã dos internos, e como consequência contribui para a remição de pena através da leitura para os apenados.

Como já citado, o projeto “presos pela leitura” é um dos ativos dentro da penitenciaria Mista de Parnaíba, ele é um projeto vinculado ao Governo do Estado que busca incentivar a leitura dentro da unidade penal, tendo como coordenadora a Professora Vivianne Aragão Cutrim que tem sua formação em educação física, licenciada em química, pós-graduada em educação física escolar, gestão e atividade física na saúde coletiva, atualmente a professora é mestranda em educação física.

O projeto “presos pela leitura” visa o pleno desenvolvimento do reeducando, desenvolvendo socialização, debates e encontros para discussão de obras literárias presentes na biblioteca da instituição. Atualmente, participam das atividades do projeto 25 internos, e os encontros contam com a participação dos profissionais da unidade (professores, psicólogos, assistentes sociais) e convidados. Os encontros do projeto acontecem de 15 em 15 dias, os internos têm acesso a uma obra e após os 15 dias acontece outro encontro para que haja uma conversa e interpretação sobre a temática da obra.

Outro projeto ativo é o “leitura livre”, que também é vinculado ao Governo do Estado do Piauí, neste projeto atualmente participam cerca de 300 internos. O projeto também está relacionado a ações para o desenvolvimento de leitura., com o objetivo de promover o acesso e o desenvolvimento dessa habilidade de ler. A metodologia utilizada no projeto é a ativa, que busca fazer com que os alunos internos busquem meios e alternativas construtivas de ocuparem seu tempo, que contribua para seus processos cognitivos, ressocialização e remição de pena.

Nesse projeto, com sua metodologia ativa e a variedade de livros e outros materiais de leitura que são disponibilizados a partir do interesse de cada interno, o

projeto consegue motivar e incentivar ainda mais a ressocialização, a educação, o bem-estar emocional, dentro de um ambiente contextualizado na privação de liberdade. O projeto também tem a ação reflexiva, em que busca reduzir as taxas de reincidência criminal, o que de fato é um diferencial pautado na humanização e que encontra por meio da leitura essa reflexão do ser, do outro, do nós e da sociedade. Os objetivos do projeto também estão pautados na busca por uma educação mais humana e emancipadora dentro das instituições prisionais.

A aprendizagem na sociedade do conhecimento pressupõe um aprendiz autônomo, crítico e formador de opinião. Essas metodologias utilizam-se da problematização como meta para motivar o aprendiz a desenvolver reflexões de ideias mediante ao problema apresentado, relacionando sua história e passando a ressignificar as suas descobertas para aplicá-lo na prática. Frente à problematização, o aprendiz reflete sobre a informação produzindo o conhecimento com o objetivo de solucionar as dúvidas e inquietações referentes aos problemas, promovendo, assim, o seu próprio desenvolvimento a partir da construção e reconstrução do saber. (Silva, et al.2017).

Na mesma perspectiva, o projeto “Do ser, ao torna-se leitor, entre o mundo e a palavra que liberta” também é realizado na penitenciária Mista Juiz Nonom Ibiapina. Com esta afirmativa, o objetivo realizar atividades de leitura no espaço de privação de liberdade aos jovens e adultos que cumprem pena no regime fechado ou semiaberto, através do curso de pedagogia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, em parceria com a Secretaria de segurança pública –SEJUS e a Secretaria de educação- SEDUC. As atividades de leitura também visam contribuir para a remição de pena dos privados de liberdade, contribuindo também para a transformação da realidade social dos internos e o seu desenvolvimento individual e coletivo.

O projeto da Universidade, é composto por uma equipe da universidade que contribui com os profissionais da penitenciária. Neles estão a coordenadora do projeto, a Profa.Dra Cloris Violeta Alves Lopes; a professora supervisora Francisca das Chagas Duarte de Siqueira Souza do projeto conta com leituras e oficinas de teatro, poesia, cordel, interação e resgate de brincadeiras, dentre outras. Que envolvam a escrita e leitura, contribuindo também para as diversas formas de expressão possíveis através de uma obra literária.

Na perspectiva de contribuir para o acervo de livros, o projeto vem realizando campanhas de doações de livros, em que no momento, já foram arrecadados mais de 300 livros, na cidade de Parnaíba e em outras cidades. A contribuição é valiosa e aumenta a possibilidade de escolha para que livro seja compatível com os interesses dos internos, aumentando assim o prazer e a vontade pelo ato de ler. Diante disso, podemos refletir sobre a afirmativa correta de Kleiman (2002):

[...] se a leitura não for prazerosa, se o livro não for atraente, se a página impressa não tiver a beleza e a sofisticação de outros textos multisseriados que combinam harmoniosamente linguagens plásticas, musicais, verbais, esse aspecto de leitura - a leitura como forma de prazer, continuará sendo privilégio de poucos. (Kleiman,2002, p.17)

Os projetos presentes e ativos, que visam a remição de pena através da leitura, dentro da instituição prisional Juiz Fontes Ibiapina são de grande contribuição para a ressocialização com outra perspectiva de mundo. As reflexões feitas através das obras literárias e as atividades voltadas a elas, contribuem para um melhor desenvolvimento do olhar crítico de cada aluno, tendo também relação com a cognição de cada um, pois assim como a educação é para todos o acesso a livros e a leitura também é e deve ser.

Dessa forma, são inúmeras formas de reflexão das contribuições dos projetos de leitura como contribuição para a ressocialização e acesso à leitura dos apenados jovens e adultos, com seu público diversificado, com inúmeras histórias de superação. Assim, em vários momentos os alunos podem e têm oportunidade, e direito garantido por lei, aos livros, a leitura e a educação de forma que os torne atuantes de seu processo de ressocialização com uma visão e hábitos diferentes.

## **5. ESPAÇO PEDAGOGICO DA INSTITUIÇÃO PENAL**

### *5.1 sala de aula e os desafios do educador*

A Penitenciária Mista Juiz Fontes Ibiapina é uma unidade integrante do Sistema Penitenciário Piauiense. A Penitenciária Mista de Parnaíba, como é popularmente conhecida, foi inaugurada em janeiro de 1990, iniciando as suas atividades no mês de fevereiro daquele ano. O conjunto arquitetônico inicial foi adaptado de um mercado público, sendo posteriormente ampliado, hoje possui 15 pavilhões, contando com 89 celas individuais, 9 celas coletivas, 17 celas destinadas às mulheres e 17 celas destinadas aos presos que trabalham internamente. Essas informações foram disponibilizadas pela instituição/coordenação da penitenciária.

Atualmente instituição possui uma sala de aula, uma biblioteca e um auditório que são utilizados para realização das atividades escolares com os internos. As atividades são planejadas pelas professoras atuantes alocadas na instituição penal e vinculadas a Escola CEJA Jonas Correia, instituição escolar financiada pelo Governo do Estado do Piauí, que tem como público os alunos da EJA.

o trabalho das profissionais de educação é limitado principalmente pôr questões físicas, como a falta de salas de aulas adequadas, tanto em tamanho quanto

em iluminação, barulhos externos que atrapalham o desenvolvimento da aula, e por vezes até a falta dos alunos em sala de aula, já que a educação não é vista como prioridade e caso não seja permitido que os alunos apareçam por motivos internos, ele é impedido de ir a aula. Os privados de liberdade, embora suspensos por tempo determinado do direito de ir e vir, tem garantidos por lei, os seus demais direitos, e a educação é um deles. Conforme explicita o Parecer CNE/CEB nº 4/2010:

Compreendendo a educação como um dos únicos processos capazes de transformar o potencial das pessoas em competências, capacidades e habilidades, e o educar como ato de criar espaços para que o educando, situado organicamente no mundo, empreenda a construção do seu ser em termos individuais e sociais, o espaço carcerário deve ser entendido como um espaço educativo, um ambiente socioeducativo. Assim sendo, todos que atuam nessas unidades – dirigentes, técnicos e agentes – são educadores e devem estar orientados nessa condição. Todos os recursos e esforços devem convergir, com objetividade e celeridade, para o trabalho educativo. (CNE/CEB nº 4/2010, p.14).

Diante da realidade do sistema prisional e as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação para realização das atividades escolares, algumas dessas dificuldades físicas ou similares, compreende-se como retrocesso diante das leis já implantadas no Brasil. Contudo, as profissionais da educação da instituição se sobressaem diante da realidade e realizam de maneira excepcional seu papel de educadoras nesse espaço que também é educacional.

Em consonância com este fato Santos (2015, p. 11) fala que: É preciso acreditar na recuperação dos presidiários, só assim será possível realmente os recuperar e conseguir uma reintegração na sociedade, conseqüentemente conseguindo trabalho, e viver de uma forma digna e ressocializado totalmente. Dessa forma, os educadores do sistema prisional possuem o papel crucial, visto que são os que acreditam nessa reintegração. Com essa afirmação, compreende-se que para que as atividades aconteçam e a lei seja cumprida é necessário que haja a colaboração de todos os profissionais da instituição penal.

## 5.2 A biblioteca

Dentre os espaços destinados à educação está a biblioteca da instituição. Esta, segundo dados do atual monitor interno bibliotecário, possui em seu acervo 13.860 livros ,594 revistas e uma televisão para a realização de atividades<sup>1</sup>. A biblioteca é utilizada para realização das atividades educacionais da turma de segundo e terceiro

---

<sup>1</sup> Dados obtidos em 13/02/2025

ano do ensino fundamental, além de ser o espaço destinado a leitura que pouco acontece nesta.

Tendo em vista a importância da biblioteca neste espaço, que além de ser um direito citado na Lei de Execução Penal nº 7.210/1984, em seu artigo 21º, deve ser entendido como um espaço provedor de oportunidades de acesso à cultura e educação negligenciado em outrora. Evidenciando o que citou Moreira e Silva (2012, p. 02): A leitura é uma prática que há muito faz parte da cultura das mais diversas civilizações humanas, juntamente com outras práticas culturais desenvolvidas por grande parte das civilizações. Tal atividade ocorre dentro de um contexto sócio-histórico, influenciando e sendo influenciada por ele e pela subjetividade dos seres humanos que realizam tal ato.

Com isso, os alunos internos devem ser compreendidos como sujeitos que serão frutos da ressocialização humana, colaborativa e ativa, tendo como agente colaborador dessa reconstrução o acesso a livros, a leitura que promove escrita e reflexão sobre o contexto social, sobre política, preconceito, discriminação, pobreza e tantas outras questões sociais na quais porcentagem significativa foi vítima.

Já citado anteriormente, a biblioteca conta com a colaboração de um interno bibliotecário. Este que será citado neste trabalho com a abreviação **J.W.A.O**, com atualmente 70 anos de idade, é pedagogo formado por uma instituição particular do Estado do Maranhão, formado em artes visuais pela UFPI-PAFOR, Graduado em Ensino Religioso, pós-graduado em docência do ensino superior.

O bibliotecário auxilia os demais internos que participam das atividades pedagógicas, entre esses os projetos de leitura, como a elaboração das resenhas, e toda sua parte gramatical, após a leitura realizada das obras literárias. Atividade essa considerada pelo interno monitor de importância crucial, pois consegue ajudar seus colegas internos e incentivá-los a fazer reflexões cada vez mais profundas sobre a obra lida, além de contribuir na escrita.

Toda pessoa ao ler constrói um texto paralelo intimamente relacionado ao texto que está sendo lido. Este texto paralelo está intimamente relacionado às suas experiências e vivências pessoais, desta forma o mesmo texto torna-se um texto diferente para cada leitor. O texto criado pelo leitor está baseado em interferências, referências e correferências de esquemas individuais de percepção. E é nesse texto que o leitor irá se basear quando alguém lhe pedir que explique o que leu. (Ferreira, 2003, p. 42)

Ainda tendo como base a entrevista realizada com o interno, ele relatou que os livros mais escolhidos e movimentados são os de romance, fábulas e contos (neste movimento de livros algumas páginas somem). As atividades no início do mês são

mais tranquilas, com o passar do mês e a data de entrega dos resumos para contabilização da remição de pena a procura por livros para realização da leitura é maior. Com isso, evidenciando o interesse e incentivo que a leitura em linhas tênues proporciona para cada interno leitor.

O sistema prisional não é apenas constituído por pessoas com pouca escolarização, portanto, os alunos que possuem nível médio e superior também buscam a biblioteca com outras preferências literárias, e que exigem interpretações mais aguçadas. No outro extremo do sistema prisional estão os internos do regime fechado que não tem acesso aos livros livremente sem monitores.

Nos últimos meses construção dessa pesquisa, houve a transferência do interno bibliotecário **J.W.A.O** para uma instituição penal do Distrito Federal, que resultou na transferência do cargo de bibliotecário para outro professor em privação de liberdade.

## **6. INTERNOS LEITORES**

O ato de ler por muitos é considerado hobby ou passatempo, para outros pode ser considerado um trabalho ou questões parecidas. De forma geral, a leitura pode representar em dimensões diferentes a subjetividade de cada pessoa que lê. Bamberger (2000, p. 31) afirma que: “[...] o que leva o jovem a ler não é o reconhecimento da importância da leitura, e sim várias motivações e interesses que correspondem à sua personalidade e ao seu desenvolvimento intelectual”, dessa forma, é necessário que haja um conhecimento sobre a subjetividade, vida pessoal, de cada aluno para que uma compreensão mais ampla seja visualizada a partir do momento que esse leitor, aqui estabelecido como interno do sistema prisional, relaciona sua leitura a vida pessoal e se ressignifica, não por causa dela, mas também com a contribuição dela.

Na construção do presente trabalho, foram feitas entrevistas com os leitores internos para que houvesse a real avaliação de como a leitura impactou na realidade de cada um, e para que eles, com suas próprias palavras, com total autonomia falassem sobre seus processos de formação como leitores (alguns aliados aos seus processos de escolarização) dentro do sistema penitenciário.

As entrevistas foram feitas no espaço da biblioteca da penitenciária com os alunos internos do regime semiaberto, os alunos possuem faixa etária entre 20 e 55 anos e suas escolaridades estabelecidas entre o terceiro grau e o 6º ano do ensino

fundamental. A atividade foi realizada sob supervisão da professora Francisca das Chagas Duarte de Siqueira Souza, que é a coordenadora do projeto “leitura livre” na penitenciária Mista e supervisora do projeto “Do ser, ao torna-se leitor, entre o mundo e a palavra que liberta”. O processo de realização da atividade não foi feito em um único dia, portanto, as primeiras entrevistas (isso inclui a realizada com o interno bibliotecário) iniciaram no dia 13 de fevereiro de 2025, e foram finalizadas no dia 14 de maio de 2025, contabilizando o total de 06 internos leitores entrevistados.

Diante das entrevistas, todos os leitores autorizaram o uso de suas citações, vivências, seus nomes, idades e escolaridade neste trabalho, mas aqui serão chamados de leitor **A**, **B**, **C**, **D**, **E** e **F**. O processo foi realizado como uma conversa simples, com perguntas devidamente colocadas durante a conversa, e que em cada caso foi seguido uma ordem aleatória para que melhor se enquadrasse a cada entrevistado. Foram conversas tranquilas e bem-humoradas, acompanhadas de emoção por parte de alguns internos.

A escolha dos internos leitores entrevistados foi feita a partir de indicação da supervisora Francisca das Chagas Duarte de Siqueira Souza, que acompanha a mais tempo as atividades de leitura e o envolvimento dos internos em cada uma delas.

Com perguntas, colocadas em uma conversa, o objetivo de se compreender o ato de ler como agente contribuidor para ressocialização dos apenados se fez concreto. As perguntas colocadas durante a entrevista foram as apresentadas no quadro a seguir:

<b>PERGUNTAS</b>	<b>RESPOSTAS OBTIDAS</b>
Qual seu nome e sua idade?	06
Qual sua escolaridade?	06
Quando era criança, você teve acesso a livros?	06
Como você visualiza os livros e a leitura, qual o significado deles para você?	06
Como a leitura tem contribuído na sua vida atualmente?	06
O que os projetos de leitura representam para você?	06

### 6.1 As entrevistas: leitor A

As entrevistas tiveram um papel fundamental para a construção do presente trabalho, pois, se constituindo como pesquisa qualitativa busca a compreensão de fatos através da pesquisa de campo que tem como um instrumento a entrevista. Nesse alinhamento, Fontana e Frey (2000) consideram que a entrevista qualitativa é um “texto negociado” resultante de um processo interativo e cooperativo que envolve tanto o entrevistado como o entrevistador na produção do conhecimento. Dessa forma, as entrevistas foram realizadas de maneira cooperativa e empática visando a construção desta pesquisa.

O leitor **A**, tem 49 anos, possui formação acadêmica em educação física e é pós-graduado na área. Durante a entrevista o leitor, interno, falou sobre seu processo educacional como um todo, citando desde a sua infância a vida adulta e suas preferências atuais em relação a leitura.

Quando questionado sobre seu processo de leitura na infância, o leitor **A**, respondeu: “Tive muito acesso à leitura, fazia bicos pra comprar gibis, que era o mais acessível e eu podia comprar tanto novos quanto os usados”. Mas atualmente os livros acadêmicos que tratam sobre política, história, música e romance são os seus citados como preferidos, mas tudo iniciou com as pequenas leituras proporcionadas pelos gibis comprados e lidos na infância.

Dessa forma, podemos relacionar esse caso com a afirmativa de Jobim (2009, p. 117) que diz que: “[...] acredito que, a partir do momento em que despertamos a atenção do educando para a Literatura, a partir de textos mais “fáceis”, poderemos, com melhor efeito, introduzi-lo no mundo das linguagens mais “difíceis” (por exemplo, a do Barroco), ou no mundo dos temas que não fazem parte (ainda) de seu universo.”, afirmativa essa que claramente escancara o processo de formação do leitor que vai da leitura simples a complexa, tornando, por fim, prazerosa.

Ao decorrer da entrevista, o leitor relata a boa comunicação ocasionada pelas inúmeras leituras realizadas, lhe proporcionando mais segurança e o uso correto dos termos em língua portuguesa. Desta forma, as questões de autoestima e timidez que o acompanhavam desde a infância foram aos poucos sendo superadas, e dentro do sistema prisional a leitura também contribui com a remição de pena e passatempo para a cabeça e corpo que buscam a liberdade, tornando assim os pensamentos mais vívidos dos atos cometidos e que em ocasião alguma devem tornar a se repetir.

O leitor **A**, finalizou a entrevista falando sobre a contribuição dos projetos de leitura, sinalizando que sabia que eles são de direitos dos internos e pautando que

poderiam ser feitas melhorias no projeto como: mais encontros, ser mais consistente e mais específico.

### 6.2 As entrevistas: leitor B

O interno e leitor B tem 55 anos cursou até o 8º ano do Ensino fundamental. Sendo bem pontual, falou sobre sua criação feita pela irmã mais velha e a avó, teve que trabalhar desde muito cedo na feira. A desistência em relação aos estudos, primeiramente se deu a partir dos castigos dados pelos professores na época dos castigos com a palmatoria. Em relação a essa intimidação e humilhação cometida pelos educadores aos alunos, o educador Backheuser relata sobre os castigos aplicados nas escolas brasileiras, afirmando que:

Tudo teria de ser contado de forma exata, como se diz, timentim por timentim. Fora disso era erro. Donde o aparecimento imediato da `santa-luzia' (palmatória), da vara, do puxão de orelha, quando não do bufete, dos variados castigos, desde a exibição da 'orelha de burro' até a permanência em pé em cima do banco, até o fim da aula. (Backheuser, 1946, p.10)

Com a troca de Estado e os anos passados, o interno leitor voltou aos estudos, porém, não se manteve estudando por conta do trabalho. Mas o incentivo de uma professora lhe deixou a esperança de um dia poder continuar seu processo de escolarização. O leitor **B** iniciou sua ligação com a leitura e os livros de forma mais íntima dentro da penitenciária, relatou que o primeiro livro (recebido ainda quando estava no regime fechado) foi "A volta ao mundo em 80 dias", um romance escrito por Júlio Verne, que lhe marcou profundamente com a aventura vivida pelo personagem principal, a incerteza, a coragem e o seu casamento.

Após 1 ano e 4 meses de projeto, que iniciou por interesse nas remições de pena, o leitor tem remições contabilizadas pelas leituras realizadas, mas atualmente realiza leituras por hobby e passatempo, contabilizando mais de 40 livros lidos dentro do sistema prisional. Ele descreveu a leitura como um ato de amor-próprio, um tempo bem gasto consigo e para si, para que durante o cálculo e recálculo para o dia da liberdade possa viajar na leitura e nos livros de romance / exageros que tanto contribuíram para sua comunicação oral e escrita (que com as constantes leituras melhorou a sua grafia) que era por ele considerada vergonhosa ou humilhante e a para a melhora dos seus posicionamentos orais e o pensamento crítico. Com autonomia finalizou falando que ressignificou sua visão de mundo, classe social e discriminação através da leitura.

Indivíduos ou grupos sociais que dominam o uso da leitura e da escrita e, portanto, têm habilidades e atitudes necessárias para uma participação viva e competente em situações em que práticas de leitura e/ou escrita têm uma função essencial, mantêm com os outros e com o mundo que os cerca formas de interação, atitudes, competências discursivas e cognitivas que lhes conferem um determinado e diferenciado estado ou condição em uma sociedade letrada. (Soares, 2002, p. 146).

A elite letrada tende a minimizar e estigmatizar as classes sociais diferentes. Essas buscam através das atividades de leitura e estudo se enxergarem como pessoas atuantes, com opiniões e atos democráticos dentro da sociedade.

### 6.3 As entrevistas: leitor C

O leitor **C** tem 45 anos, concluiu até o 2º ano do Ensino médio. Ele falou pouco sobre sua infância, mas relatou que o acesso ao livro que teve foram os gibis o que despertava muito sua curiosidade e imaginação. Mas o real prazer pela leitura só se concretizou dentro cárcere, e após 01 mês de projeto “ler liberta” (DF) e 10 meses de projeto “leitura livre” o ato de ler significou e ressignificou seu processo social e educacional que contribui para sua reinserção social futura.

Do relatado, é feita uma concreta relação com a afirmativa de Julião (2010, p.3) que diz que: A educação é considerada como um dos meios de promover a integração social e a aquisição de conhecimentos que permitam aos reclusos assegurar um futuro melhor quando recuperar a liberdade. Essa posição talvez seja compartilhada pelos apenados que compreendem que o encarceramento tem uma finalidade que vai além do castigo, da segregação e da dissuasão e que, portanto, aceitam voluntariamente e aprovam o aspecto reformador do encarceramento, em especial as atividades de educação profissional e as informações sobre oportunidades de emprego.”, na qual é percebida um alinhamento do teórico com a possível (atualmente em cárcere) prática.

O leitor interno expressou que os livros de sua preferência são os geográficos, os que tratam sobre espaços e paisagens possíveis no mundo. Atualmente vê a leitura e os projetos de leitura como uma boa oportunidade de formação de consciência, e que colabora e colaborou para a mudança do seu vocabulário e oratória, sua escrita nas partes de acentuação e pontuação o que com um sorriso relatou que mexeu muito com sua autoestima.

Finalizou a entrevista falando que o projeto em si não falta com os alunos, mas que todos os internos deveriam ter a oportunidade de acesso aos livros, não somente os religiosos, mas as diversas obras literárias presentes no acervo da biblioteca.

Realidade vivida por ele e colegas que passaram pelo regime fechado. Neste contexto Teixeira (2007, p.2) afirma que: “A educação é vista pelos agentes de segurança como algo que fragiliza a segurança do presídio; e, por outro lado, o professor o agente tem má vontade e que desmerece os estudos do preso.”. O que se espelha no campo de pesquisa utilizado neste trabalho.

#### *6.4 As entrevistas: leitor D*

O leitor **D** tem 20 anos, e possui formação escolar regular até o 8º ano do Ensino fundamental. Falou sobre a infância cheia de altos e baixos, e o contato com os livros ter sido somente na escola. Os pais o incentivaram a ir para a escola, mas o ambiente escolar não lhe fazia bem em termos emocionais, então, essa foi a causa da primeira desistência. Com a adolescência e a primeira passagem pelo sistema prisional, o uso da tornozeleira se fez necessário, então por esse motivo a tentativa da continuação do processo escolar foi mais uma vez interrompido pelo preconceito vivido pelo aluno, através principalmente da gestão da escola. Nessa perspectiva, podemos refletir sobre a afirmativa de Machado (2009, p. 138) sobre a atuação dos pedagogos e outros profissionais da educação, que diz que: “representam a figura única e polivalente do educador que articula prevenção primária e secundária e além de recuperação dos indivíduos com dificuldade a atenção sociocultural”, sendo a atuação da gestora contrária a essa afirmativa pois foi esta a percussora da exclusão.

Atualmente o interno tem 4 meses de participação no projeto de leitura, já considera a leitura como um momento prazeroso, e que contribui para sua ressocialização, relatou que já vê mudança na sua oralidade, nas suas escritas e na sua autonomia como um todo. Dentre os livros preferidos do leitor **D**, estão os de poesia e romance. O aluno interno finalizou a entrevista falando que se sente muito bem lendo e pretende continuar, não somente enquanto estiver no sistema prisional como interno.

#### *6.5 As entrevistas: leitor E*

O leitor **E** tem 36 anos, e sua escolaridade é o 6º ano do Ensino fundamental. O aluno falou pouco de sua infância, mas relatou que o único contato com livros durante a sua infância foi na escola, mas com a necessidade de trabalhar muito cedo a educação foi ficando em segundo plano até chegar à desistência.

Os alunos da EJA são diferentes dos alunos presentes nos anos adequados à faixa etária. São jovens e adultos, muitos deles trabalhadores, maduros, com larga experiência profissional ou com expectativa de (re)inserção no mercado de trabalho e com um olhar diferenciado sobre as coisas da existência (...). Para eles, foi a ausência de uma escola ou a evasão da mesma que os dirigiu para um retorno nem sempre tardio à busca do direito ao saber. Outros são jovens provindos de estratos privilegiados e que, mesmo tendo condições financeiras, não lograram sucesso nos estudos, em geral por razões de caráter sociocultural. (Parecer CEB 11/2000, p. 33-34).

O leitor interno relatou que tem 06 meses de projeto de leitura contabilizado, e nesses tempos os seus livros de preferência são os bíblicos e os gibis presentes no acervo da biblioteca. O interesse pela leitura se deu inicialmente pelo interesse na remição de pena, mas atualmente também está associado ao momento de hobby e descontração, ao modo de vida e a como o interno tem se expressado e ressignificado sua passagem pelo sistema prisional.

Em seguida o interno expressou que o livro que mais o tocou foi o “Pai Francisco” da autora Marina Miyazaki Araújo, pois se associa a sua história de vida, e neste momento da conversa o leitor expressou sobre suas saudades do filho e seus processos pessoais para estar em cárcere e o medo que tem que o filho siga o mesmo processo do pai. Durante a entrevista foi refletido uma afirmativa de Tolstoi que é ao mesmo tempo uma reflexão:

Meditei muito sobre a educação. Há questões em que cheguei a conclusões duvidosas, mas também há questões sobre as quais as conclusões a que cheguei são definitivas e não me sinto capaz de as mudar ou de lhes acrescentar o que quer que seja. A educação só é uma tarefa complexa e difícil se quisermos educar os nossos filhos ou outra pessoa qualquer sem nos educarmos a nós próprios. Se compreendermos que só através de nós podemos educar os outros, desaparecerá a questão da educação e restará uma questão da vida: como devemos viver?.(Tolstoi ,1988, p.235)

A entrevista foi finalizada com o aluno expressando que acredita muito no poder da leitura e da sua contribuição nas diversas áreas da vida, principalmente para que se torne uma pessoa mais reflexiva e atuante na sociedade.

#### *6.6 As entrevistas: leitor F*

O leitor F tem 33 anos, Ensino médio completo e curso técnico em enfermagem, mas nunca atuou na profissão. O leitor falou da sua infância e da relação com a avó, que era professora, e o incentivava a ler gibis em casa, mas que na própria escola não teve muito contato com livros. Já na vida adulta, uma ex-companheira lhe incentivou a ler, e até os atuais dias o gosto por livros realistas, documentários, são os livros de sua preferência. Com a contribuição das relações emocionais e externas

do leitor para sua formação, podemos relacioná-las com a afirmativa de Marx em relação ao homem e a influência de suas relações e diz que:

Pressupondo o homem como homem e seu comportamento com o mundo enquanto um [comportamento] humano, tu só podes trocar amor por amor, confiança por confiança etc. Se tu quiseres fluir da arte, tens de ser uma pessoa artisticamente cultivada; se queres influência sobre outros seres humanos, tu tens de ser um ser homem que atue efetivamente sobre os outros de modo estimulante e encorajador. Cada uma das tuas relações com o homem e com a natureza tem de ser uma *externação* (Äusserung) determinada da vida *individual* efetiva correspondente ao objeto da tua vontade. (Marx, 2004.p 161)

O ser educando e o ser educador se constituem de processos sociais e sentimentais. Esses que de maneira coerente se espelham em atitudes como ler um livro pelo motivo que alguém do meio social no qual se está inserido o influencia. Portanto, o acesso à cultura, das diversas maneiras, é tão importante quanto o acesso à educação ou saúde, por exemplo.

O leitor **F**, discorreu sobre sua vida escolar e os traumas vividos, que não os desencorajaram de continuar estudando, mas o fragilizaram em alguns momentos. O aluno tem 7 meses de projeto de leitura contabilizado e continua vendo a leitura como meio formação, aprimoramento de pensamentos, posicionamentos e um momento de reflexão sobre a sociedade e o funcionamento dela. Ele citou alguns livros como “A cor púrpura” (romance da autora Alice Walker) e alguns autores / grandes estudiosos como Drauzio Varella e Sigmund Freud sendo suas atuais referencias para uma ressignificação de pensamento sobre as pessoas e a sociedade.

Finalizou a entrevista falando da grande contribuição que os projetos podem e trazem para a formação de uma visão social mais abrangente e consciente. Mas, pedindo por uma maior possibilidade de acesso a livros pelo regime fechado da instituição. Dificuldade que está claramente relacionada a profissionais, que não são da educação e nem profissionais da saúde, mas também se dizem fazer parte do processo para contribuição da ressocialização dos internos de forma humana. Podemos então relacionar a afirmativa de Aristóteles que diz que:

Na verdade, se cada instrumento pudesse executar a sua missão obedecendo a ordens, ou percebendo antecipadamente o que lhe cumpre fazer, como fala o poeta, 'entram como autômatos nas reuniões dos deuses", se, então, as lançadeiras tecessem e as palhetas tocassem cítaras por si mesmas, os construtores não teriam necessidade de auxiliares e os senhores não necessitariam de escravos. (Aristóteles,1988, p.18)

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou relacionar os projetos de leitura como agentes contribuidores para a ressocialização de internos educandos do sistema prisional. A partir da leitura de textos bibliográficos e a experiência em campo vivida pela autora do trabalho e bolsista, esta pesquisa foi construída para compreensão dos projetos de leitura para a continuação da formação escolar, do aprimoramento da leitura e escrita, da comunicação oral e da ressignificação dos pensamentos em relação a sociedade, seus direitos e deveres citados na Constituição Federal de 1988.

Os resultados obtidos através da reflexão e ação nas entrevistas concretizou a contribuição dos projetos de leitura como agente que proporciona momentos de reflexão sobre as ações cometidas e que são consideradas crimes sociais, resultando em reclusões. Reclusão essa ressignificada dentro do sistema prisional com a continuação alguns processos educacionais de escolarização regular (como alfabetização e letramento), e/ou outras com a leitura (inicialmente influenciada com a remição de pena) que influencia para um pensar social ativo e emancipador de ações corretas que respeitam a democracia estabelecida no país.

Observou-se a dificuldade enfrentada pelos educadores do sistema prisional, mas que, em todo caso as profissionais da educação não perderam seu comprometimento com os alunos e mesmo a passos lentos trabalham por um espaço visto como importante, não apenas nos documentos institucionais, mas na prática e dentro do sistema prisional que deveria ser humanizador, emancipador e reformador de direitos e deveres sociais.

Analisou-se durante a pesquisa, o impacto causado na vida de cada interno entrevistado, cada professora e nesta pesquisadora a contribuição de cada palavra lida com zelo, com amor e a reflexão vinda e assistida através de cada relato e/ou escrita resultada do ato de ler, concluindo-se sua grande relevância como agente social necessária.

Assim, conclui-se que os projetos de leitura dentro do sistema prisional são e devem ser considerados agentes para ressocialização, reformação, ressignificação dos sujeitos internos que futuramente voltarão aos espaços sociais, sem privação de liberdade, para continuarem suas vidas e funções sociais de maneira coerente e coesa perante a democracia e a lei.

## **8.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARISTÓTELES. **Política**. 2.ed. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora UnB, 1988.

BAMBERGER, R. **Como incentivar o hábito de leitura**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 3274/57, de 2 de outubro de 1957**. Constituição Federativa do Brasil. Brasília, 1957.

BRASIL. **Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984**. Lei de Execução Penal. Brasília, 1984.

BRASIL. Lei nº 9.394, 20 dez. 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB 11/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 2/10. **Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais**. Brasília, 2010.

BRASIL. **Lei no 12.433, de 29 de junho de 2011**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.163, de 9 de setembro de 2015**. Lei de Execução Penal. Brasília, 2015.

BRASIL. **Resolução nº 391 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**. Diretrizes para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades prisionais. Brasília, 2021.

CARDENUTO, Heloisa H. **Projeto Despertar Pela Leitura**. Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, 2016.

DE MAEYER, M. **Na prisão, existe a perspectiva da educação ao longo da vida? Alfabetização e cidadania: revista de educação de jovens e adultos**. Brasília: RAAAB, UNESCO, Governo japonês, jul. 2006.

BACKHEUSER, Everardo. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder. **Silenciar os inocentes: medidas punitivas para a recuperação de menores em estabelecimentos disciplinares mantidos pelo Estado (1945-1964)**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 19, n. 37, set. 1999.

FERREIRA, Danielle Thiago. **Biblioterapia: uma prática para o desenvolvimento pessoal**. [2003]. Disponível em: < <http://www.bibli.fae.ufsc.br> >. Acesso em: 18 de mai.2025.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **A importância de ler**. A importância de ler: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IRELAND, Timothy D. **Educação em prisões - Em Aberto**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. v. 1, n. 1, 2011.

JOBIM, J. L. **A literatura no ensino médio: um modo de ver e usar**. In: ZILBERMAN, R.; RÖSING, T. M. K. (Orgs.). Escola e leitura: velha crise, novas alternativas. São Paulo: Global, 2009. p. 113-137.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Uma visão socioeducativa da educação como programa de reinserção social na política de execução penal no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revista brasileira de educação, 2010.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes; PAIVA, Jane. **A leitura no espaço carcerário**. In: Perspectiva. Florianópolis, jan/abril 2014, v. 32, n. 1, pp. 111-28. Disponível em [https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175795X.2014v32n1p111/pdf\\_21](https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175795X.2014v32n1p111/pdf_21). Acesso em 09 Dez.2024.

KLEIMAN, Ângela. **Oficina de leitura: Teoria e Prática**. 9 ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2002.

MACHADO, Érico Ribas; PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de. **Pedagogia: concepções e práticas em transformação**. Educar, Curitiba, n.35, p. 223-236, 2009. Editora UFPR.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos** Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MELLO, Kátia Sento Sé. **O sistema prisional brasileiro no contexto da pandemia de Covid-19**. Conexão UFRJ, Memória, 31 mar. 2020. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2020/03/o-sistema-prisional-brasileiro-no-contexto-da-pandemia-de-covid-19/>.

MOREIRA, Fábio Aparecido; SILVA, Roberto da. **Ações de incentivo à leitura e formação de leitores em estabelecimentos prisionais do Brasil: desafios e oportunidades**. In: CONGRESSO DE PEDAGOGIA SOCIAL, 2012. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092012000100029&script=s\\_ci\\_arttext&lng=pt](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092012000100029&script=s_ci_arttext&lng=pt)> Acesso em: 10 abr. 2025.

OLIVEIRA, Suely Franco de. **A educação prisional no Brasil: Horizonte de perspectivas**. Goiânia: Revista REC. v.1, n.1, 2022.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **Desafio histórico na educação prisional brasileira: resignificando a formação de professores...um quê de utopia?**. Campinas: Revista HISTEDBR On-line Artigo. n.47, p.205-219, set.2012.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **Escola da prisão: espaço de construção da identidade do homem aprisionado**. Educação escolar entre as grades. São Carlos: EdUFSCar, 2007. Disponível em: < <https://anped.org.br/sites/default/files/gt06-1943.pdf>>. Acesso em: 05 de jun. 2025.

REZENDE, Lucinea Aparecida de. **Leitura e Visão de Mundo: Peças de um quebra-cabeça**. Londrina: EDUEL, 2007.

SANTOS, Guilherme dos. **Ressocialização do preso frente ao sistema penitenciário**. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI. Ijuí-RS, 2015.

**Secretária de Estado da Justiça do Piauí (SEJUS.PI), 2024**. Disponível em: <https://www.sejus.pi.gov.br/projetos/opal/>.

SILVA, Andreza; BIEGING, Patrícia; BUSARELLO, Raul Inácio (orgs.). **Metodologia ativa na educação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2017.

SOARES, Magda. **Novas práticas de leitura e escrita: letramento digital. Educação e Sociedade**. Campinas, SP, v. 23, no 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em: [http:// www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br).

TEIXEIRA, Carlos. **Relato de experiência na educação carcerária**. Revista Educação. São Paulo: Segmento, 2010. Disponível em: <<http://www.revistaeducacao.uol.com.br/textos.asp?codigo=12037>>.

TOLSTÓI, L.N. **Obras pedagógicas** Trad. J.M. Milhazes Pinto. Moscou: Edições Progresso, 1988.

VAZQUEZ, Eliane Leal. **Sociedade Cativa. Entre cultura escolar e cultura prisional: uma incursão pela ciência penitenciária**. Dissertação de Mestrado. 163 fls. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.